

ANEXO nº 3

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2015.

Assunto: **Pauta de Reivindicações Específicas**

A Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão vem por meio deste apresentar a pauta de reivindicações específicas dos servidores públicos federais desse órgão:

1. Instituição de uma carreira para os servidores de Tecnologia de Informação para o SISP;
2. Instituição do Plano de Carreira do Planejamento com a extensão e incorporação da GSISTE, para todos os servidores;
3. Aumento do valor da GSISP e da GSISTE;
4. Incorporação da GSISP e da GSISTE aos proventos dos aposentados;
5. Eliminação de teto remuneratório para direito à percepção da GSISP;
6. Não vinculação da GSISP ao exercício no DF;
7. Alterar para um ano a periodicidade da avaliação para efeitos de percepção da GSISP;
8. Alteração da Portaria SLTI de 01/2011, permitindo maior mobilidade aos detentores de cargos ATIS, excluindo a obrigatoriedade de permanência de 2 (dois) anos no exercício descentralizado;
9. Extensão a todos os servidores da retroatividade dos efeitos financeiros do 1º Ciclo de Avaliação de Desempenho da GDPGPE;
10. Início de contagem do interstício para promoção e progressão funcional a partir da data de entrada em exercício (e reenquadramento dos atuais em nova classe/padrão a partir desse critério);
11. Adicional por titulação (pós-graduação lato sensu e stricto sensu) – Adicional por formação superior ao cargo exercido.
12. Encaminhar Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso Nacional que assegure o fim do fator de proporcionalidade por tempo de serviço, na aposentadoria por invalidez, previsto no Art. 40, § I, da CF/88;
13. Cumprimento do percentual exigido por lei para ocupação dos cargos de confiança, destinado aos servidores de carreira;

14. Processo seletivo interno para ocupação de cargos comissionados, adotado por alguns órgãos como:
INSS, FNDE e STN;
15. Abono do recesso de fim de ano;
16. Abertura de novos concursos públicos para servidores do PGPE do Ministério do Planejamento;
17. Democratização das relações de trabalho no MPOG, com o fim de abuso de poder e conseqüente assédio moral no ministério;
18. Abono dos dias de paralisação de servidores (anistia das horas);
19. Revitalização do serviço médico do ministério.